

Lucena defende um pacto nacional

A superação da crise político-institucional passa necessariamente pela solução dos problemas econômicos, na visão do presidente do Congresso e Senado, Humberto Lucena. Para o senador, o governo de Itamar Franco "ainda não começou". Ele entende que sem a adoção de um pacto nacional, o País não sairá da crise. O pacto seria precedido de um plano com duas fases: uma de curtíssimo prazo, que desaguaria num programa mínimo de emergência para 180 dias. Outra, de curto e médio prazos, que visaria a elaboração de uma proposta econômica alternativa para o resto do mandato presidencial. "Poderia ser um plano de tendência progressista, para servir também como um divisor de águas", ressaltou.

Segundo Lucena, o perfil partidário é fundamental para definir um arco de alianças e suas diretrizes. Mas ele não despreza o apoio total. O pacto, na opinião do parlamentar, procuraria tirar o País da recessão, sem prejuízo do combate sistemático e eficaz à inflação. "Se afinal se chegasse a um consenso mínimo entre as partes, formalizar-se-ia o pacto", como aconteceu em Moncloa, na Espanha, num docu-

mento subscrito pelo governo, políticos, empresários e trabalhadores, que seria submetido ao referendo do Congresso", explicou.

O presidente do Congresso, apesar da proposta de união, pregou o fim da unanimidade do governo de Itamar, causa principal, conforme ele, da paralisação administrativa. "Muita gente aderiu à Itamar, nestes seis meses, o que

provocou uma turbulência muito grande entre os partidos, impedindo decisões concretas", observou. Lucena ressaltou que o governo tem representantes que vão desde o PT ao próprio PDS — partidos considerados de oposição — em vários escalões. "Pelo bem da democracia, e sobrevivência do governo é necessário que isto acabe", justificou.

Ivaldo Cavalcante



Lucena preconiza a adoção do pacto para País sair da crise